

COMO A SOCIOLOGIA FOI IMPACTADA PELOS ESTUDOS SEXO-GÊNERO DISSIDENTES? GÊNERO E SEXUALIDADES NA PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA (1996-2016)

João Guilherme de Andrade
Estudante de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco.
Voluntário PIBIC/CNPq.
andradegui08@hotmail.com
joao.guilhermeandrade@ufpe.br

*Simpósio Temático n° 08– COMBINARAM NOS MATAR, MAS NÓS COMBINAMOS
NÃO MORRER: TROCAS DE SABERES RESISTENTES*

RESUMO

O referido trabalho propõe compreender como a Sociologia tem sido impactada pelos estudos sobre sexualidades sexo-gênero dissidentes. Partimos do pressuposto de que é necessário situar historicamente, politicamente a produção do conhecimento e, assim, faz-se necessário entender como a estrutura colonial e imperialista, enquanto geopolítica do conhecimento, modela o sujeito e o objeto do conhecimento. Dessa forma, o objetivo está em compreender como os estudos sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes fazem-se presentes na Sociologia brasileira ao longo de duas décadas (1996 a 2016). Para tal, são tomadas como base as publicações nos periódicos de referência nacional nesta área – classificação A1 e A2 Qualis/CAPES mais recente – e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia. Após a Pesquisa Bibliográfica recorrendo à crítica feminista e decolonial, iniciou-se o mapeamento da vinculação das publicações às suas respectivas regiões e instituições e, por fim, iniciamos a análise das referências bibliográficas para identificar as distintas teorias sobre sexualidade que impactam a produção sociológica brasileira. Percebemos que a vinculação regional e institucional das publicações sexo-gênero dissidentes está centralizada na Região Sudeste e nas Universidades Públicas Federais e que a base euro-norteamericocêntrica alicerçam os estudos sexo-gênero dissidentes na dicotomia centro *versus* periferia do conhecimento.

Palavras-chave: Decolonial, Sexualidade, Gênero, Dissidente.

ABSTRACT

The referred work proposes to comprehend how Sociology has been impacted by studies about dissident gender-sex sexualities. We started from the assumption that it is necessary to historically and politically situate the production of knowledge and, thus, it is necessary to understand how the colonial and imperialist structure, as geopolitics of knowledge, molds the subject and object of knowledge. Therefore, the objective is to comprehend how studies about gender and dissident gender-sex sexualities make

themselves presents in Brazilian Sociology over two decades (1996 to 2016). For that, publications in periodicals of national reference in this area are taken as foundation – more recent classification A1 and A2 Qualis/CAPES – and on the Brazilian Sociology Annals of Congresses promoted by the Brazilian Sociology Society. After the Bibliographic Research recurring to feminist and decolonial critic, the mapping of the publication's linking to their respective regions and institutions was started and, finally, we started the bibliographic references analysis to identify distinct theories about sexuality that impact the Brazilian sociological production. We realized that the regional and institutional linking of dissident sex-gender publications is centered in the Southeast Region and in Federal Public Universities and that the European and North American based foundations consolidate the dissident sex-gender studies in the dichotomy center versus periphery of knowledge.

Keywords: Decolonial, Sexuality, Gender, Dissident.

tchaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaun <3

INTRODUÇÃO

Conforme nos aponta Kilomba (2016), o passado colonial molda e constrói o presente, tornando-se, então, inesquecível. A máscara, peça de metal que era encarcerada na boca das pessoas escravizadas e que foi parte da dominação colonial europeia, dentro deste projeto que durou mais de 300 anos, vai além de impedir que a cana-de-açúcar ou o café sejam comidos. A máscara de silenciamento é usada pelos senhores brancos para, sobretudo, impor o medo e a mudez. Assim, era comum sua aplicação, durante a escravidão, àqueles que proclamavam palavras de emancipação.

À vista dessa reflexão, a autora levanta questionamentos acerca da fala e da escuta:

Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir? (KILOMBA, 2016, p.1)

Nesse viés, existe um temor desconfiado do colonizador de que se o colonizado falar, ele terá que ser obrigado a entrar numa contradição totalmente desconfortável com aquilo que o “outro” vai falar. A boca é colonizada, visto que, o falar é uma relação de negociação entre o ouvinte e o falante. Dessa forma, o silenciamento integra o projeto de colonização. Gonzalez (1984) reflete que o racismo, que determina a lógica de dominação e estrutura a sociedade brasileira, infantiliza, domestica e coloca na lata de

lixo a fala da população negra. A autora indaga em sua reflexão “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.” (p. 225).

Esse projeto colonial que estrutura o silenciamento tem o objetivo de controlar a fala, e, assim, dentro dessas heranças coloniais, perpetuar o silenciamento dos colonizados nos diversos espaços de construção de conhecimento.

A Ciência Moderna, (KELLER, 1996, *apud* SARDENBERG, 2002), se construiu em uma estrutura conceitual com ideologias de gênero que são historicamente específicas. A estruturação parte do binarismo (pares opostos), como: sujeito/objeto; mente/corpo; razão/emoção; objetividade/subjetividade. Nesse sentido, Sardenberg (*idem*) afirma que as correntes feministas não-brancas constroem uma crítica à universalidade dos chamados feminismos hegemônicos, pois essas correntes reconhecem no “nós” universal apenas as mulheres brancas.

As principais tendências hegemônicas do feminismo não vieram com um projeto de questionamento ao racismo e quase nunca abordaram de modo interseccional a vivência das mulheres com opressão de classe, raça, gênero e outras. As ciências hegemônicas nos centros acadêmicos (Europa e América do Norte), no máximo, teorizam e esperam das periferias epistemológicas apenas um oferecimento de estudos de casos, aplicando suas teorias. Ou seja, a periferia colonial/capitalista se torna somente o “lado prático”, o corpo, enquanto os centros as mentes abstratas do feminismo.

Por conseguinte, as teorias da Ciência Moderna, conforme Harding (1993), utilizam como sujeito e objeto do conhecimento o “homem” universal, e, consequentemente, as teorias feministas hegemônicas partiam da análise baseada na mulher universal, ou seja, nas relações e vida de mulheres brancas ocidentais, burguesas e cisheterossexuais.

As teorias dentro do pensamento moderno ocidental, não foram criadas reconhecendo os conhecimentos e as vidas de outros sujeitos, apenas o homem branco, ocidental, cisheterossexual e burguês. O gênero e a sexualidade, igualmente a raça e a classe, não são características individuais descartáveis, mas determinam a constituição de grupos de seres humanos com vantagens em relação a outros. Assim, como as mulheres reivindicam uma experiência social como mulheres, fugindo da abstração do

universal homem branco ocidental, os povos do chamado Terceiro Mundo querem que suas experiências de resistência à colonização sejam a base de identidades pluriversais e de conhecimentos contra-hegemônicos.

Segundo Lugones (2014), a colonização impôs a dicotomia entre o humano e o não humano e, nesse sentido, apenas os “civilizados” - ou seja, os colonizadores - são sujeitos. “O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização.” (LUGONES, 2014, p. 936).

Os povos da América e África foram colocados à margem da humanidade, ou seja, a imposição do sistema moderno colonial ao desumanizar constitui a colonialidade do ser. A autora explica que ao usar o termo “colonialidade” sua intenção está em, além de nomear a classificação dos povos pela colonialidade do poder e de gênero, nomear a desumanização que torna os colonizados não humanos. A colonialidade de gênero permanece nas intersecções de gênero, raça e classe construindo o sistema capitalista e sua dominação. “Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante” (GONZALEZ, 1984, p. 229).

Portanto, dentro da dicotomia colonial Humano e Não-humano, a norma cisheterossexual imposta violentamente pela dominação colonial constrói um sujeito universal que deve ser o parâmetro da Ciência Moderna: o homem branco cisheterossexual, constituído desde o marco civilizatório ocidental europeu. Logo, os sujeitos que fogem desta norma são os “não-sujeitos”, os corpos colocados à margem da sociedade e da dignidade humana. Assim como a branquitude, a heterossexualidade, a binariedade dos corpos e do gênero e a cisgeneridade passam a ser uma expectativa social imposta aos corpos, às relações sociais, às noções de sujeito e ao conhecimento.

Partindo do entendimento de que a estrutura colonial e imperialista, enquanto geopolítica do conhecimento, (ou seja “[...] não só conceber o sistema-mundo moderno/colonial como uma estrutura sócio-histórica coincidente com a expansão do capitalismo, mas também conceber a colonialidade e a diferença colonial como loci de enunciação.” (MIGNOLO, 2020, p. 192)), modela o sujeito e o objeto do conhecimento nas Ciências Modernas dentro da dicotomia colonial, a episteme produzida está inserida na colonialidade do poder, do saber e do ser. Dessa forma, como a lógica colonial

impacta a produção científica brasileira em Sociologia sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes?

O objetivo do referido trabalho está em compreender como os estudos sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes fazem-se presentes na Sociologia brasileira ao longo de duas décadas (1996 a 2016), tomando como base as publicações nos periódicos de referência nacional nesta área –classificação A1 e A2 Qualis/CAPES mais recente – e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia. Assim, após recorrer às críticas feministas e decoloniais, iniciou-se a pesquisa no banco de dados sobre os estudos e pesquisas feministas e de gênero publicados, nos anos 1996 a 2016, em periódicos com classificação Qualis A1 e A2 em Sociologia (última avaliação quadrienal CAPES) e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia, previamente elaborado em etapas anteriores da pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO¹. Tendo como referência o banco de dados, que é constituído pelo registro de informações acerca dos trabalho publicados sobre gênero e feminismos ao longo de duas décadas, fez-se a identificação, através dos descritores (palavras-chaves) “LGBT”, “Sexualidade”, “Orientação Sexual” e “Identidade de Gênero” sistematizados no banco de dados, dos estudos sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes publicados no referido período em periódicos de referência nacional (Classificação Qualis/Capes A1 e A2, quadriênio 2013-2016) e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia.

A partir deste processo, mapeamos a vinculação destas publicações às suas respectivas regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul, Estrangeiros) e instituições (Universidade Pública Federal, Universidade Pública Estadual, Universidade Privada, etc.). Tais vinculações já estavam explícitas nas tabelas do banco de dados. Por fim, deu-se início à análise das citações destes trabalhos para identificar as distintas teorias sobre sexualidade que impactam a produção sociológica brasileira: ao tomar as referências bibliográficas de cada publicação, exploramos e selecionamos os 25 autores e autoras mais citados/as. Após esta pesquisa, situamos-os/as na produção

1

geopolítica do conhecimento e nos seus lugares de atuação acadêmica e científica.

DESENVOLVIMENTO

Entendendo que uma ciência feminista crítica é uma ciência politizada, compreendemos que a orientação teórica do nosso trabalho dialoga com as Teorias Feministas Decoloniais e Interseccionais, visando problematizar os alicerces da Modernidade e situar a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes dentro da lógica dicotômica de centro *versus* periferia na produção científica nacional dos referidos conhecimentos.

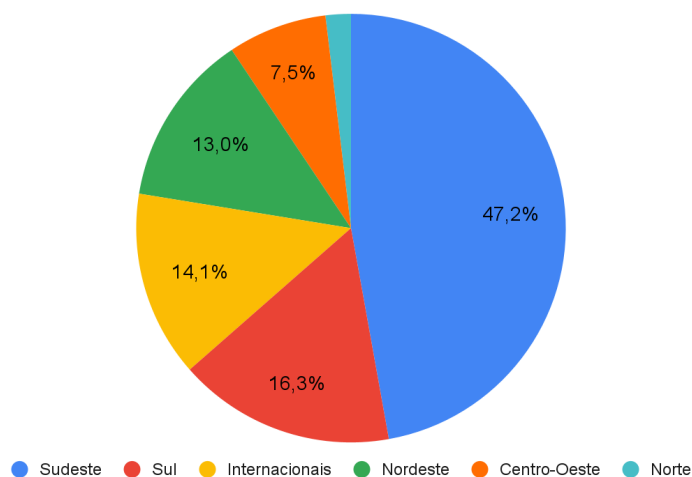
Partimos do pressuposto de que é necessário situar historicamente, politicamente e economicamente os conhecimentos científicos e, assim, questionar a suposta neutralidade científica, tão cara à Ciência Moderna. Desse modo, conforme aponta Sardenberg (2002), todas e todos que estão engajadas na pesquisa do projeto feminista na academia deve ao menos fazer uma reflexão acerca das diferentes críticas à ciência, localizando os encontros e desencontros dos principais posicionamentos epistemológicos.

O projeto feminista na ciência se fundamenta numa práxis política com o objetivo de transformação das relações de gênero, enquanto para a Ciência Moderna um dos pressupostos para a construção do conhecimento é a separação de “fatos” e “valores”, ou seja, uma suposta neutralidade e objetividade para buscar as “verdades científicas”. Pensar em uma ciência feminista é pensar numa ciência politizada e, conseqüentemente, desconstruir os pressupostos iluministas de neutralidade e objetividade e construir um saber politizado, uma teoria crítica feminista do conhecimento (SARDENBERG, p. 3, 2000).

Assim, identificamos a incidência de estudos sobre gênero e sexualidades sexo-gênero dissidentes nos periódicos de referência nacional – classificação A1 e A2 Qualis/CAPES mais recente – e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia promovidos pela Sociedade Brasileira de Sociologia entre 1996 e 2016, através de um estudo bibliométrico no banco de dados citado. Os estudos e pesquisas que estão no campo da sexualidade e sexo-gênero dissidência no Brasil estão presentes minoritariamente na produção da Sociologia brasileira: das 1302 publicações totais, 215

(16,5%) estão no referido campo. Dos 215 periódicos a vinculação regional e institucional de suas autorias, está em sua maior parte centralizada na Região Sudeste: 101 (47,0%) e nas Universidades Públicas Federais 112 (52,1%). Conforme os gráficos a seguir, a menor vinculação regional está na Região Norte com apenas 4 trabalhos publicados (1,9%) e apenas 8 publicações (3,7%) apresentam vínculo institucional com universidades privadas.

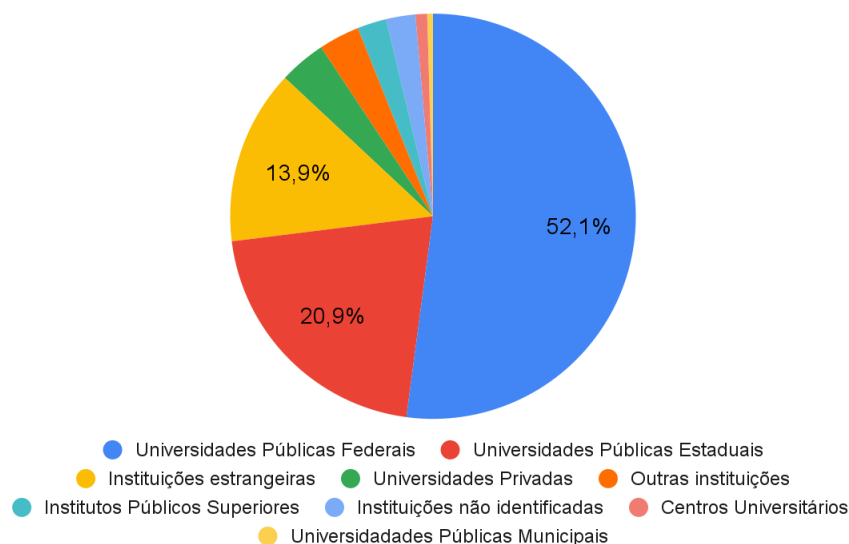
Gráfico 1
Brasil
Produção científica em Sociologia no campo dos estudos de gênero e feministas
segundo origem territorial
1996 - 2016



Fonte: Elaboração nossa por meio do banco de dados do projeto de pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO.



Gráfico 2
Brasil
Produção científica em Sociologia no campo dos estudos de gênero e feministas
segundo vinculação institucional
1996 - 2016



Fonte: Elaboração nossa por meio do banco de dados do projeto de pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO.

Tendo ciência de que a construção do conhecimento reflete a perspectiva de acordo com a "posicionalidade" dos sujeitos (ANDERSON, 2001 apud SARDENBERG, 2000), se faz necessário entender o colonialismo e a herança colonial, conforme nos lembra Gonzales (1984) “Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto.” (p. 229). Sendo assim, esta herança colonial que molda as construções das ciências fundamenta as epistemologias hegemônicas e silencia ciências construídas nas periferias histórico-econômicas do conhecimento.

O gráfico acima (Gráfico 1) expõe, ao compararmos o volume de produções das regiões Sudeste e Sul, regiões centrais na dimensão socioeconômica e política do Brasil, com as demais regiões, expressam a lógica dicotômica de centro *versus* periferia na produção científica nacional no campo dos estudos sexo-gênero dissidentes. Tal dado fica mais exposto no gráfico a seguir (Gráfico 3) que analisa e identifica como as



distintas teorias (e suas bases epistêmicas) sobre sexualidades impactam a produção sociológica brasileira.

O segundo gráfico (Gráfico 2) expõe que a maioria dos estudos sexo-gênero dissidentes são produzidos nas Universidades Públicas e quase inexistem nas instituições privadas. Tal discrepância justifica-se graças ao incentivo à pesquisa que é encontrado nas instituições públicas de ensino. Dessa forma, a Universidade Pública, por seu caráter democrático, permite a produção de conhecimentos críticos feministas e de gênero. Não se deve excluir, entretanto, a má distribuição de recursos para as pesquisas que compromete tanto a construção das ciências como a permanência dos pesquisadores e pesquisadoras na Academia.

Todavia, não obstante a imensa contribuição crítica, percebo que, mesmo na crítica feminista, constroem-se cânones em seu inerente movimento de “produção de ausências”, como diria Boaventura de Sousa Santos (2006) – se com teorias feministas hegemônicas, já se colocava a ameaça aos alicerces (sexistas) da ciência, quais questões seriam postas pelos pensamentos feministas periféricos, subalternizados? Como e por quais caminhos estas questões seriam postas? (MATIAS DOS SANTOS, p.2, 2018).

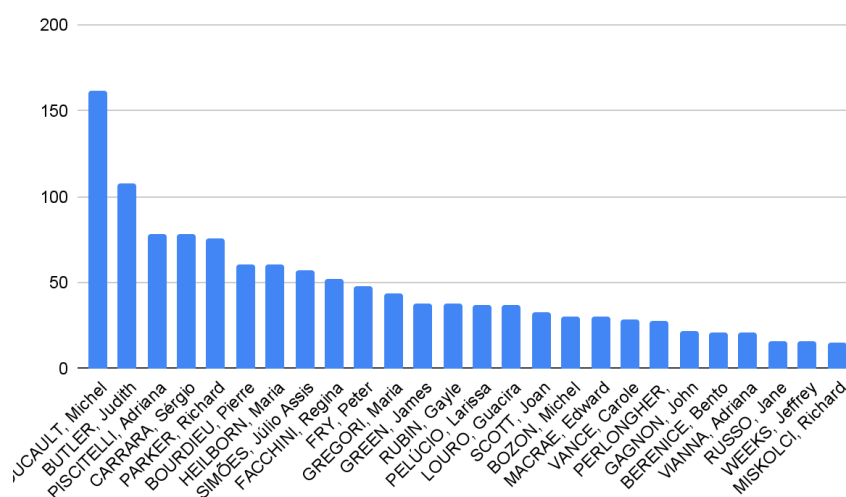
Questionando o projeto moderno da ciência, buscamos situar e historicizar os conhecimentos científicos entendendo que a produção científica é espaço de disputas e de silenciamentos. Conforme nos aponta Lugones (2014), a racionalidade hierarquizante e dicotômica da modernidade é uma herança do colonialismo. A colonização impôs a dicotomia entre o humano e o não humano e, dessa forma, apenas os “civilizados” - ou seja, os colonizadores - são homens ou mulheres. Os povos da América e África eram colocados à margem da humanidade, ou seja, classificados como não humanos, selvagens. “O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização.” (LUGONES, 2014, p. 936). A imposição do sistema moderno colonial de gênero ao desumanizar constitui a colonialidade do ser. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que os sujeitos LGBTQIA+, de modos diversos, têm resistido a esta lógica por suas existências insubmissas às normas, questionamos os cânones das ciências nos estudos sexo-gênero dissidentes, situando-os na geopolítica do conhecimento.

Segundo Latour (2000) a presença ou a ausência de citações e referências nos textos e nas produções nos aponta que tal documento é ou não ciência, é ou não sério. Nesse sentido, percebemos que na produção científica citar ou não citar os cânones resulta no asseguramento se tal estudo é científico ou não e assim, o silenciamento, na dicotomia centro versus periferia do conhecimento, é reproduzida constantemente. Entretanto, temos ciência de que esta reflexão não pode ser generalizada.

Em primeiro lugar, muitas referências podem ter sido citadas indevida ou incorretamente; em segundo, muitos dos artigos a que o autor alude podem não ter relação nenhuma com sua tese e estar ali só para impressionar; em terceiro, outras citações podem estar presentes, mas pela simples razão de sempre estarem presentes nos artigos do autor, seja qual for o assunto, com o fim de patentear afiliação e mostrar com que grupo de cientistas ele se identifica [...]. (LATOURE, 2000, p. 59)

Gráfico 3 Brasil

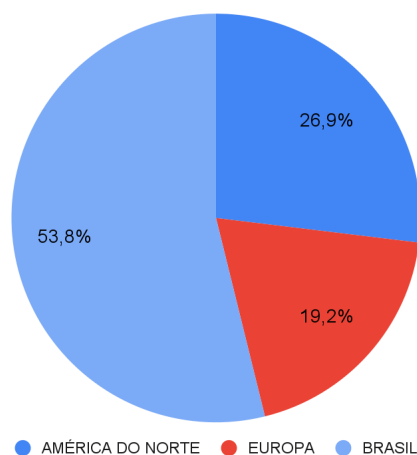
Produção científica em Sociologia no campo dos estudos de gênero e feministas segundo incidência dos 25 autores e autoras mais citados e citadas conforme os periódicos 1996 - 2016



Fonte: Elaboração nossa por meio do banco de dados do projeto de pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLOGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO.

**Gráfico 4
Brasil**

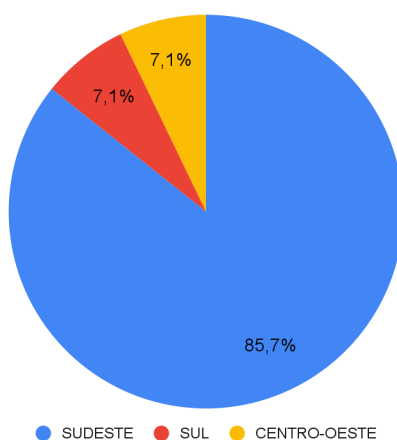
**Produção científica em Sociologia no campo dos estudos de gênero e feministas
segundo localização geopolítica de autores e autoras mais citados e citadas
1996 - 2016**



Fonte: Elaboração nossa por meio do banco de dados do projeto de pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO.

**Gráfico 5
Brasil**

**Produção científica em Sociologia no campo dos estudos de gênero e feministas
segundo localização geopolítica de autores e autoras brasileiros/as mais citados e
citadas
1996 - 2016**



Fonte: Elaboração nossa por meio do banco de dados do projeto de pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO.

Após tomarmos e explorarmos as referências bibliográficas de cada publicação, exploramos e selecionamos os 25 autores e autoras mais citadas, chegamos ao dado de que 52% dos mais citados estão situados geopoliticamente no Brasil e 48% na Europa e na América do Norte (Gráfico 4). Temos ausência, entre os mais citados, dos demais continentes. Dentro os autores e autoras brasileiros, 92% estão na região Sul e Sudeste (Gráfico 5). Outro dado que nos chamou atenção, conforme o gráfico acima (Gráfico 3) é que entre os/as mais citados/as, o francês Michel Foucault, em primeiro, está presente em 80,0% dos periódicos e a estadunidense Judith Butler, em segundo, em 54,9%. Isso já nos aponta que nas produções dos estudos sexo-gênero dissidentes na sociologia brasileira há majoritariamente uma presença euronorte-americana com tendência ao campo foucaultiano e das teorias *queer*. Evidenciamos que é necessário aprofundarmos em pesquisas posteriores a dominância de cânones e a produção de silenciamentos nos estudos sexo-gênero dissidentes.

Notamos que as produções situadas no campo sexo-gênero dissidente, ainda que dentro dos estudos feministas e de gênero e voltadas para questões que envolvem a existência, vivência e resistência de sujeitos que não se enquadram na norma excludente cisheteronormativa, seguem a lógica hegemônica na política científica e reproduzem a dicotomia centro *versus* periferia do conhecimento.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos nossa reflexão com base nos questionamentos naquilo que tange à racionalidade dicotômica, legado do colonialismo, entendemos que a dicotomia Humano *versus* Não-Humano, centro *versus* periferia do conhecimento, tem papel fundamental na construção do conhecimento nas ciências modernas e, assim, o sujeito do conhecimento, na modernidade, é o colonizador. Oyëwùmí (2004), ao estudar a família Iorubá na Nigéria, onde a geração é o eixo que articula as hierarquias familiares e não o gênero, constrói sua crítica à colonialidade do gênero. A autora aponta que os feminismos brancos-hegemônicos, que possuem a base epistêmica euro-norteamericancêntrica e são pensadas desde os países capitalistas centrais, são

insuficientes para pensar e entender a existência humana e as relações de poder fora do modelo civilizatório eurocentrado.

Depreendemos que o sistema moderno colonial de gênero racializado, cisheterossexual imposto violentamente desde o colonialismo europeu e que permanece alicerçando, através da colonialidade do poder nas sociedades capitalistas, podemos entender mais profundamente como sexualidades ditas desviantes, dissidentes, abjetas, são relegadas à não-humanidade. Entendendo que os sujeitos sexo-gênero dissidentes, na dicotomia colonial, são postos à margem do padrão civilizatório, no âmbito da produção científica esta dicotomia é reproduzida. Evidenciamos que os estudos sexo-gênero dissidentes têm resistido a esta lógica por suas existências insubmissas às normas. Entretanto, como vimos, as bases euro-norteameticanocêntricas ainda alicerçam estes estudos e, ao silenciar saberes, reproduz o centro e a periferia do conhecimento.

Finalmente, entendendo que a herança colonial é aquilo que molda as construções das ciências, fundamenta as epistemologias hegemônicas e silencia ciências construídas nas periferias histórico-econômicas do conhecimento, concluímos com este trabalho que, mesmo nas produções sexo-gênero dissidentes, o silenciamento epistemológico das produções de conhecimento das falas dos colonizados é perpetuado nos diversos espaços de construção das ciências.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, s.v., n.1, jan./jul. 1993. (7-31p.).

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento - Uma Palestra-Performance**. Tradução de Juliana Oliveira. 2016. Disponível em:
<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): setembro-dezembro/2014. (935-952p.). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>

MATIAS DOS SANTOS, Vivian. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**. v.30, Belo Horizonte, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, n. 48, p. 187-224. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SARDENBERG, Maria Cecília Bacellar. Da crítica feminista da ciência a uma ciência feminista? In: SARDENBERG, Maria Cecília Bacellar; et al. (Orgs.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador:REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. (Coleção Bahianas;8) (89-120p.).

NOTA(S) EXPLICATIVA(S) COMO NOTAS DE FIM

1. Banco de dados elaborado por meio da execução do projeto de Pesquisa EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E SOCIOLOGIA: PARA CONHECER E SITUAR A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA SOBRE FEMINISMOS E GÊNERO, financiado por meio de aprovação no Edital MCTI/CNPQ N° 01/2016 - Universal (Processo número: 403141/2016-8).